

Corte de Cr\$ 250 bilhões no crédito

Da sucursal de
BRASÍLIA

O Banco Central espera, para este mês, queda de 1% ou crescimento nulo da base monetária — emissão primária de moeda. Os cortes líquidos nos empréstimos do Banco do Brasil deverão atingir em fevereiro Cr\$ 250 bilhões — Cr\$ 143,7 bilhões em janeiro — para a eliminação do desvio na expansão monetária do mês passado, e o Banco Central pretende ainda reduzir os seus refinanciamentos e voltar a colocar títulos da dívida pública.

Técnicos do Banco Central procuraram justificar o arrocho fan-

tástico na política monetária, este mês, como necessário para o Brasil cumprir a meta estabelecida junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) de reduzir em 2% a base monetária, ao longo do primeiro trimestre do ano. Mesmo com a expansão de 5% da base monetária em janeiro, a obtenção de crescimento zero em fevereiro viabilizará a meta trimestral. Em março, a base monetária apresenta queda sazonal, com a redução dos recolhimentos compulsórios provocada pela diminuição também sazonal dos depósitos à vista em janeiro.

Para o Banco Central, a compra de Cr\$ 1,5 trilhão de Letras e

Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (LTN e ORTN) no leilão da semana passada signifcou passo importante para tornar administráveis a dívida pública e o open. Agora, o Banco Central parte para zerar os financiamentos às instituições intermediadoras do open e até estuda o congelamento da dívida pública, mesmo em valores nominais, com o pagamento efetivo dos encargos dos papéis.

A cobertura dos serviços da dívida pública interna passou a ser possível com as crescentes transferências de sobras do orçamento fiscal para as autoridades monetárias. Na opinião de técnicos do Ministério da Fazenda, o Banco

Central deve aproveitar o momento favorável para substituir o maior número possível de ORTN cambiais a vencer a curto e médio prazos, em circulação no mercado.

A política de dívida pública em vigor até o final de 1983 aumentou em demasia as responsabilidades da União, reconhecem fontes da Fazenda. Cálculos preliminares indicam que a dívida pública já corresponde a perto de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), um patamar inaceitável para a sua administração.

Essas mesmas fontes admitem que, se o Banco Central não redu-

zir, em termos reais, a dívida pública, a União caminhará para um buraco negro. Por isso, técnicos da Fazenda propõem que, na elaboração do orçamento fiscal do próximo ano, a União aloque recursos específicos para a cobertura dos encargos totais e promova o giro apenas do principal, com a manutenção do esquema pelos dois exercícios seguintes.

Sem o fantasma da maxidesvalorização cambial, as fontes da Fazenda entendem que o Banco Central pode, a qualquer momento, promover uma política agressiva de substituição dos Cr\$ 12 trilhões de ORTN cambiais em circulação.

Afonso Celso Pastore

